



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Relatório da Reunião Participativa – 2025

Metas Nacionais do Poder Judiciário

Data: 09 de junho de 2025



DGEST
Gestão Estratégica e
Governança do TRF5



1. Objetivo

Registrar de forma detalhada a Reunião Participativa promovida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), com foco na **apresentação e avaliação das Metas Nacionais do Poder Judiciário**, bem como na **coleta de contribuições para o Planejamento Estratégico Nacional (2027–2032)**. O relatório busca descrever o desenvolvimento do encontro, os temas abordados e os encaminhamentos realizados, destacando, de maneira transversal, a participação de magistrados e servidores como elemento central do processo, desde a exposição dos dados até a formulação de sugestões e manifestações estratégicas.

2. Caracterização da Reunião

A reunião foi realizada no dia 09 de junho de 2025, de forma **virtual**, por meio da plataforma Microsoft Teams, no horário das 14h às 15h. O formato virtual permitiu a **participação simultânea de magistrados e servidores de diferentes unidades da Justiça Federal da 5ª Região**.

O encontro integrou as **ações institucionais voltadas à gestão participativa e ao alinhamento do Tribunal às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça**, especialmente no que se refere à avaliação das metas nacionais e à preparação para o próximo ciclo de planejamento estratégico.

3. Abertura Institucional

A abertura da reunião foi conduzida pelo Desembargador Federal Corregedor, e com o apoio da Divisão de Gestão estratégica e Governança, que iniciou os trabalhos apresentando o objetivo do encontro e contextualizando a importância da reunião no âmbito da governança institucional.

Na ocasião, foi ressaltado que a discussão sobre metas nacionais deve ser compreendida como um processo contínuo, que envolve transparência, análise de dados e, principalmente, a escuta das pessoas diretamente envolvidas na execução das atividades jurisdicionais e administrativas. Destacou-se que a **participação de magistrados e servidores é fundamental para aprimorar a compreensão dos desafios enfrentados pelas unidades e para subsidiar eventuais ajustes nas práticas de gestão e planejamento**.

4. Apresentação do Painel BI de Metas 2025

Na sequência, foi realizada a apresentação do **Painel de Business Intelligence (BI) das Metas 2025**, desenvolvido com base no glossário do Conselho Nacional de Justiça. Foram expostas as funcionalidades do painel, incluindo:

- Visualização dos percentuais de cumprimento das metas por unidade;
- Acesso aos indicadores utilizados para cada meta;
- Consulta ao glossário explicativo, com esclarecimento dos critérios adotados.

Durante essa etapa, **os participantes tiveram a oportunidade de interagir, formulando questionamentos e apresentando sugestões quanto à forma de visualização das informações e à clareza de determinados dados**. As manifestações demonstraram interesse dos participantes em compreender os critérios de avaliação e em utilizar o painel como instrumento de apoio à gestão local.

5. Avaliação Participativa das Metas

5.1. Metodologia adotada

A avaliação das metas foi realizada por meio de ferramenta interativa, que permitiu a coleta de percepções em tempo real. As respostas foram registradas de forma estruturada, preservando o anonimato dos participantes, o que favoreceu manifestações livres e diversas.

A metodologia possibilitou a consolidação de **dados quantitativos, como escalas de avaliação, e de dados qualitativos, como sugestões e comentários abertos**.

5.2 Participação registrada

Ao longo da reunião, foram contabilizadas 491 pessoas participando ativamente. Nas dinâmicas interativas, registrou-se a participação de:

- 69 magistrados;
- 243 servidores.

Em determinados momentos, houve **mais de 500 interações simultâneas**, evidenciando engajamento contínuo durante todo o encontro.

6. Percepções Apresentadas pelos Participantes

6.1 Sentimento em relação às metas

Os participantes foram convidados a indicar palavras que representassem seus sentimentos em relação às metas do Poder Judiciário. As respostas formaram uma nuvem de palavras com grande diversidade de termos, dentre os quais se destacaram referências a **eficiência, produtividade, planejamento, desafio, transparência, compromisso e pressão**.

O conjunto dessas manifestações indicou que as **metas são percebidas como instrumentos relevantes de direcionamento institucional**, ao mesmo tempo em que geram reflexões sobre as condições necessárias para seu cumprimento.

6.2 Avaliação da aderência das metas

Quando questionados sobre o grau em que as metas atuais refletem os principais desafios enfrentados pela Justiça Federal da 5ª Região, os participantes atribuíram nota média de 3,4, em escala de 1 a 5. **O resultado apontou concordância parcial, indicando que, embora as metas sejam reconhecidas como importantes, há percepção de necessidade de maior alinhamento com as realidades das unidades.**

7. Dificuldades Relatadas e Propostas Apresentadas

7.1 Principais dificuldades identificadas

De forma recorrente, os participantes apontaram como principais fatores que dificultam o cumprimento das metas:

- Insuficiência de recursos humanos;
- Elevado volume de demandas operacionais;
- Falta de alinhamento entre as metas estabelecidas e as condições reais das unidades;
- Dificuldades relacionadas aos sistemas informatizados.

Esses pontos foram mencionados tanto por magistrados quanto por servidores, revelando convergência nas percepções apresentadas.

7.2 Sugestões encaminhadas

Entre as sugestões apresentadas pelos participantes, destacaram-se:

- Ampliação do quadro de servidores e melhor distribuição da força de trabalho;
- Melhoria da estabilidade, integração e desempenho dos sistemas, especialmente o PJe 2.x;
- Utilização da inteligência artificial como apoio às atividades judiciais e administrativas;
- Maior envolvimento das lideranças no acompanhamento das metas;
- Adequação das metas às especificidades locais;
- Investimento em capacitação, planejamento e compartilhamento de boas práticas;
- Realização de mais reuniões com formato participativo.

As propostas refletiram a experiência prática dos participantes e apresentaram contribuições concretas para o aperfeiçoamento institucional.

8. Contribuições para o Planejamento Estratégico Nacional

No último bloco da reunião, os participantes foram convidados a se manifestar sobre temas relacionados ao Planejamento Estratégico Nacional (2027–2032). A maioria demonstrou entendimento favorável à realização de audiências públicas para discussão do novo ciclo estratégico, preferencialmente de forma conjunta com outros tribunais.

Também foram realizadas votações sobre propostas de missão institucional, visão de futuro do Poder Judiciário e atributos prioritários para o próximo ciclo estratégico, permitindo a participação direta dos presentes na definição de diretrizes estratégicas.

9. Conclusão

A Reunião Participativa realizada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região permitiu a apresentação de informações estratégicas, a avaliação das Metas Nacionais do Poder Judiciário e a coleta estruturada de contribuições de magistrados e servidores.

O formato adotado favoreceu a participação das pessoas em todas as etapas do encontro, desde a apresentação dos dados até a manifestação de percepções, sugestões e votos em temas estratégicos. Os registros obtidos constituem subsídios relevantes para o aprimoramento das metas e para a construção do planejamento estratégico, reforçando a importância da participação institucional como prática permanente na gestão do Tribunal.

Ata da Reunião da Gestão Participativa na Elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2026

Realizada em 09 de junho de 2025

Local: Plataforma virtual – Microsoft Teams

Horário de início: 14h

Horário de término: 15h

Tribunal: Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5

Pauta da Reunião:

1. Apresentação do Painel BI de Metas 2025;
2. Avaliação participativa das metas; e
3. Contribuições da Justiça Federal para o Planejamento Estratégico Nacional (2027 - 2032)

Abertura da Reunião:

Dr. Leonardo Resende, Desembargador Federal Corregedor do Tribunal iniciou a reunião saudando a todos. Ato contínuo registrou tratar-se de um momento de discussão acerca das metas nacionais do poder judiciário dentro de um exercício de máxima transparência no planejamento e participação na construção dessas metas. De modo que dentro de um conjunto de afazeres cada Tribunal tem o objetivo de se situar de maneira mais positiva na premiação para o Selo de Qualidade do CNJ.

E, neste sentido os tribunais são estimulados a terem esses momentos a constituírem suas governanças de modo a aderir as pautas, agendas e ao cumprimento das resoluções do CNJ.

Todavia, para além de qualquer pontuação que esse momento possa vir a propiciar muito mais do que isso, é a oportunidade da JF5 reunir-se

aqui, os integrantes do tribunal, da magistratura, o corpo de servidores para efetivamente pensar de uma forma um pouco mais aprofundada sobre as metas.

Por fim, e antes de passar a palavra a David Montalvão, Dr. Leonardo enfatizou a questão da meta 4, aquela que diz respeito às improbidades administrativo. Neste ponto registrou o esforço tremendo para julgar o máximo possível e a necessidade de se verificar o que poderia ser alterado em termos de legislação processual em gestão de caso e priorização. Então, o desembargador Leonardo invocou a todos os colegas que gostam de gestão judiciária, que são pesquisadores de processo civil, enfim, a todos interessados que depois se debrucem sobre esses dados e tragam essas evidências e que aproveitem essas evidências para compreender melhor o funcionamento.

Então, Dr. Leonardo fez uma breve apresentação do diretor da Gestão Estratégica, David Montalvão e chamou atenção para a importância do Painel *Business Intelligence* (BI), enquanto ferramenta de gerenciamento estratégico, o qual deve espelhar a realidade, na medida em que vai sendo permanentemente aperfeiçoado.

Deliberações:

David iniciou com um rápida explanação sobre o Painel B.I. de metas de 2025, que foi desenvolvido pela equipe de desenvolvimento do tribunal, com base no glossário do CNJ. Ele ressaltou que o Painel sempre tem sofrido algumas alterações, inclusive uma em maio passado, referente aos processos de ação ambiental.

Na sequência, convidou a servidora Flávia Brito para dar acesso ao referido painel BI. Ela apresentou alguns dados que são apresentados pelo painel: resumo por serventia, onde está o percentual de cumprimento para cada uma das metas, o próprio glossário do CNJ, os indicadores, etc.

David retomou a palavra enfatizando que o glossário foi colocado para que as pessoas pudessem entender e se referenciar, de modo que ao selecionar a meta o painel já explica um pouco sobre ela.

Dr. Francisco de Barros e Silva Neto questionou se as abas possuem cláusula de barreira.

Então, Flávia esclareceu a questão e Dr. Francisco sugeriu que a cláusula de barreira fosse visualizada de um modo mais fácil.

Retomando a fala, David registrou que todos ficassem à vontade para enviar sugestões e avaliações do Painel, por e-mail para gt.bi@trf5.jus.br. Na sequência abriu um link para que todos acessassem e informassem o seu vínculo com a JF5. Foram computados como participantes da dinâmica, naquele momento:

- 69 magistrados;
- 243 servidores.

A partir daí os participantes passaram a responder a questões trazendo as suas percepções sobre as metas e algumas sugestões para que estas sejam mais alcançáveis e significativas para suas unidades. Então David questionou: Qual palavra representa melhor o seu sentimento em relação às metas do Poder Judiciário?

Em uma nuvem de palavras foram aparecendo as palavras que foram ditas e as mais apontadas ficavam ao centro da nuvem. David observou que essa talvez essa tenha sido a maior nuvem de palavras que já construiu. Ao centro da nuvem apareceram palavras como: eficiência, produtividade, desafio, transparência, planejamento, compromisso e pressão.

Passando para a próxima questão, David esclareceu que a escala iria de 1 a 5, onde 1 é *discordo totalmente* e 5 é *concordo totalmente*, e pediu

para que os participantes apontassem quais as metas atuais refletem os principais desafios enfrentados pela JF5?

O resultado registrado pelo grupo apontou para 3,4 pontos na escala de 1 a 5, momento em que havia 507 pessoas interagindo. David registrou ser um valor mais aproximado do *concordo*.

Dando continuidade, David questionou: Quais os fatores dificultam o cumprimento das metas na sua realidade?

Recursos Humanos insuficientes, Demandas operacionais excessivas e falta de alinhamento entre metas e a realidade local, foram os três fatores apontados pelo grupo.

Questionou, ainda: O que poderia ser feito para que as metas fossem mais alcançáveis e significativas para sua unidade?

Ter mais servidores, utilização da inteligência artificial, participação das lideranças, adaptação à realidade local, compreensão nos casos de descumprimento, investir mais em planejamento, melhoria dos sistemas, mais reuniões como esta, ações de treinamento PJE 2x, capacitação, uso de IA, foram algumas das sugestões.

Então, passou para quarto tópico, a gestão estratégica. David registrou que a JF5 estará encerrando o atual planejamento estratégico em 2006, e que o CJF já tem feito um trabalho de pensar no próximo caderno estratégico de 2027 a 2030. Então, ele esclareceu que o grupo passaria a responder um bloco de perguntas inseridas dentro desse planejamento estratégico, que não se trata só das metas. Nesse contexto, David perguntou aos participantes se a Justiça Federal deve realizar audiência pública sobre o novo ciclo da Estratégia Nacional (2027-2032)?

A resposta mais apontada foi que sim, de forma conjunta com outros tribunais.

Aproveitando o ensejo, David informou que haverá uma Audiência Pública em 17.06.2025 para tratar das metas do Poder Judiciário.

Ato contínuo, David passou a tratar sobre a missão atual do poder judiciário, que é o de realizar a justiça. Enfatizou que gostaria de trazer um olhar de refinamento para a Missão. Então, ele apresentou 6 opções para o grupo avaliar, de modo a decidir qual missão é a mais enriquecedora para a proposta da JF5 para o Poder Judiciário. Salientou que todas as 6 opções foram apontadas por um documento enviado pelo CJF, consolidado em uma reunião de gestores estratégicos.

A próxima pergunta foi: Considerando a Missão atual do Poder Judiciário (“Realizar justiça”), qual das redações abaixo você considera mais adequada a nova Missão do PJ?

Concluída a votação, com o cômputo de 214 pessoas votando, escolheu-se a proposta de Missão - Realizar a justiça de forma acessível, rápida, efetiva e transparente utilizando a inovação para o bem da sociedade.

Passou-se a discussão acerca da visão de futuro do poder judiciário, ou seja, onde nós queremos chegar? E nesse momento foram apresentados 10 itens para escolha. O grupo votou, com mais de 200 interações, no item: “Ser um Poder Judiciário humano e inclusivo, cooperando com a justiça social, a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável”.

E por fim, trouxe a indagação: Quais atributos dever ser priorizados pelo Poder Judiciário no próximo ciclo estratégico?

Agilidade e efetividade, Valorização das pessoas, Acessibilidade e Inclusão e Segurança Jurídica foram os mais votados.

Concluindo a sua apresentação, David agradeceu a confiança do Desembargador Leonardo Resende, de Dr. Alcides Saldanha, de Dr. Thiago e da Presidência nessa dinâmica, nesse patrocínio, inclusive, na realização da Reunião. E, ainda, agradeceu a participação de 491 pessoas na reunião.

Encerramento da Reunião:

Dr. Leonardo registrou que a reunião foi muito agradável e que tiveram a oportunidade de expressar algumas de suas opiniões, alguns caminhos. Enfatizou que nas suas visitas, enquanto corregedor, possa haver essa troca, com um biênio produtivo, onde se verifique em conjunto o que se pode melhorar nos processos de trabalho, fiscalização e de controle, tornando mais eficiente. Que todos que fazem a JFT busquem aperfeiçoar a administração, no sentido de desburocratizar, simplificar e racionalizar.

Por fim, parabenizou David e a sua equipe de BI, bem como a todos que participaram desse trabalho seja no desenvolvimento do Painel BI, seja no aperfeiçoamento dos sistemas.